



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.343, DE 2023 (Do Sr. Mauro Benevides Filho)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a aquisição de uniformes entre as despesas permitidas para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-3086/2022.

APRECIAÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD



**Projeto de Lei nº de 2023
(do Sr. Mauro Benevides Filho)**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a aquisição de uniformes entre as despesas permitidas para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a aquisição de uniformes entre as despesas permitidas para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

.....
*VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, **vestuário para uniforme escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;***

.....
Art. 70.

.....
*VIII – aquisição de material didático-escolar, **no qual se inclui vestuário para uniforme escolar, e manutenção de programas de transporte escolar.***

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

A utilização de uniformes escolares atende a necessidades práticas e simbólicas. Do ponto de vista prático, permite a rápida identificação dos estudantes da instituição de ensino, o que facilita a gestão dos alunos no acesso e permanência na escola. Permite, ainda, que em qualquer situação fora da escola os estudantes sejam facilmente reconhecidos apenas pelo vestuário que utilizam, garantindo um local de referência para a comunicação de qualquer evento desfavorável que alcance nossos jovens. No âmbito simbólico, a padronização garante que o corpo estudantil perceba-se como uma unidade, que compartilha características e objetivos comuns, possibilitando reduzir ações discriminatórias entre os alunos em virtude de sua aparência, que poderia indicar distinções sociais motivadoras de preconceito. Ainda nessa seara, o uniforme conecta o aluno à sua instituição e à sua tradição, ligando as atuais gerações aos feitos do passado e servindo como um importante instrumento de motivação.

É necessário ponderar que em comunidades carentes o fornecimento de uniformes permitiria que os estudantes pudessem frequentar as escolas com mais conforto e dignidade. Do mesmo modo que a merenda escolar, o uniforme é um importante instrumento para garantia da qualidade de vida dos estudantes. O vestuário adequado lhes protege do frio ou do sol inclemente. Meias e sapatos adequados permitem conforto ao caminhar pelo trajeto, às vezes longínquo, entre casa e escola, bem como a prática segura de esportes necessários à educação física de nossas crianças, como o futebol ou uma simples corrida.

Longe de ser um elemento meramente estético, os uniformes compõem o material necessário à oferta de um ensino de qualidade. Por isso, não se justifica que sua aquisição não esteja listada entre as despesas essenciais com a manutenção e desenvolvimento do ensino.

A exclusão deste item entre as despesas previstas no art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) impede, por exemplo, que sua aquisição seja considerada obrigatória. Do mesmo modo, impede que se utilizem recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para esse investimento. Precisamos, portanto, atualizar a legislação.

Note-se que a LDB já prevê a aquisição de material didático-escolar como uma despesa essencial. O curioso é não incluir os uniformes neste material. Pela atual interpretação da lei, seria possível comprar e distribuir bolsas para carregar cadernos, livros e lápis, mas não uniformes. Isso nos parece um despropósito, pois, em nosso entendimento, os uniformes compõem o material escolar.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Para evitar dúvidas e a possibilidade de interpretações dúbias ou vagas, sugerimos aprimorar o art. 70 da LDB para incluir explicitamente a aquisição de uniformes entre as despesas essenciais.

Diversos entes federados garantem aos alunos de seus sistemas de ensino a distribuição de uniformes, mas ou oneram seu orçamento ou cobram dos alunos e suas famílias o pagamento pelo uniforme. Consideramos que essa situação é inadequada, pois gera distorções injustificadas entre regiões com mais recursos e aquelas mais carentes. O art. 3º de nossa Carta Magna inclui entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação das desigualdades regionais. Nesse sentido, entendemos que compete ao governo federal atuar, sempre e onde for necessário, para a consecução desse objetivo. É necessário, portanto, que os entes federados possam fazer uso dos recursos do Fundeb para auxiliar a aquisição do material escolar indispensável para que nossos jovens possam estudar com qualidade e dignidade, incluído o uniforme.

Tenho certeza que os nobres pares terão sensibilidade para endereçar adequadamente a questão, apoiando-a e contribuindo para seu aperfeiçoamento.

Sala das Sessões, de 2023.

Mauro Benevides Filho
Deputado Federal – PDT/CE



* C D 2 3 2 4 0 3 1 4 2 1 0 0 *

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 Art. 4º, 70	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199612-20;9394

FIM DO DOCUMENTO